

O acirramento da luta pelo solo urbano no centro da cidade de São Paulo: os proprietários imobiliários, os governos neoliberais e os movimentos dos sem-teto

Nathalia Cristina Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IFCH / Unicamp

Nosso estudo se limita à análise dos movimentos dos sem-teto do centro da cidade de São Paulo, mas isso não significa que não existam movimentos de sem-teto que atuem nas periferias das cidades, eles existem sim, são bastante atuantes e até mesmo mais antigos que os movimentos do centro. O que queremos destacar neste texto, no entanto, é justamente o fenômeno relativamente novo, início dos anos noventa, da ocupação de prédios vazios nas regiões centrais das grandes cidades por movimentos que lutam por moradias e, assim, verificar quais as dimensões do conflito pela posse do solo urbano no centro da cidade.

Apesar de acreditarmos que os diferentes movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo possuem distintas orientações políticas e ideológicas, é fato que todos os sem-teto têm uma reivindicação de urgência comum, a saber, a aquisição de uma moradia. Sendo assim, as soluções imediatas apontadas pelos sem-teto são semelhantes e estão baseadas, principalmente, na elaboração de políticas sociais urbanas por parte do Estado. De acordo com os sem-teto, o Estado (em seus três níveis: municipal, estadual e federal) deve criar efetivos programas habitacionais, financiar a construção de moradias e conjuntos habitacionais, incentivar e apoiar a formação dos mutirões e, por fim, comprar e reformar os prédios vazios do centro da cidade e legalizar a situação dos sem-teto que ocupam tais prédios.

A partir disso, surge a seguinte questão: será que há uma “preferência” por algumas dessas soluções? Dado que os movimentos dos sem-teto objetivam a aquisição de uma casa, será que há uma “preferência” pela construção de uma nova moradia na periferia da cidade ou os sem-teto “preferem” as reformas nos prédios abandonados do centro?

Juntamente a esta questão podemos agregar outras, tais como, de que maneira o Estado reage diante da demanda dos sem-teto? Qual é a posição dos proprietários imobiliários diante das ocupações realizadas pelos sem-teto? Como os governos lidam com o conflito entre sem-teto e proprietários de imóveis?

Nosso intento será, portanto, buscar respostas para estas questões.

A questão da moradia, o mercado imobiliário e a especulação urbana

De acordo com Castells (1975), a questão da moradia é primordialmente a de sua crise e, mais, tal crise está ligada a relação de oferta e demanda e, portanto, se encontra diretamente relacionada com a situação de mercado, e não com a produção. Dessa maneira, Castells, baseado nas considerações de Engels (SD), não aceita a idéia de que o locatário está para proprietário, assim como o operário está para o capitalista.

Engels, em *Contribuição ao Problema da Habitação*, diferencia explicitamente essas duas relações. Enquanto uma se dá na esfera da circulação (mercado), a outra, acontece na esfera da produção. A relação inquilino-proprietário se define em que “o primeiro quer comprar ao segundo o uso temporário de uma moradia”. Trata-se então de uma simples venda de mercadoria e não de uma transação entre proletário e capitalista. Embora possa existir fraude no processo de alocação de casas, não há produção de mais-valia, temos assim uma exploração intermitente. Caso esta relação seja eliminada (se todos os trabalhadores tivessem suas próprias casas) não teríamos o fim do modo de produção capitalista já que sua pedra angular, a mais-valia, estaria intacta.

A relação entre assalariado e capitalista, diferentemente da outra, consiste na produção direta de mais-valia e, portanto, é uma relação em que a exploração é permanente e que se encontra na base do processo de acumulação de capital que movimenta toda a economia capitalista. Com o fim da relação entre capitalista e trabalhador, fim da divisão de classe e extinção da apropriação de mais-valia de uma classe pela outra, chegaríamos ao fim do modo de produção capitalista.

É por aceitar estas idéias de Engels que Castells ressaltará a importância da especulação e da dependência da questão da moradia em relação às leis econômicas que regularizam o mercado. Isso, no entanto, não quer dizer que o problema habitacional seja conjuntural, ao contrário, ele é estrutural. Trata-se aqui de uma defasagem necessária entre as necessidades socialmente definidas da habitação e a produção de moradias e de equipamentos residenciais. A moradia, além de sua escassez global também é um bem diferenciado, já que apresenta uma série de características (qualidade, forma, status institucional) que determinam os papéis, os níveis e as filiações simbólicas de seus ocupantes. Se a resposta à demanda de moradia permanece insuficiente é necessário perceber que o elemento produção não se realiza somente de acordo com a estrutura social, mas também na lógica interna de cada elemento, neste caso, na lógica do consumo. Isto quer dizer que na ausência de intervenção pública, a única demanda que se leva em conta é a demanda solvável.

O lugar ocupado pela moradia no conjunto do sistema econômico é que ela representa um dos elementos essenciais da reprodução da força de trabalho. A necessidade de moradia representa uma demanda importante no mercado. E, se falta moradia, a reprodução da força de trabalho fica prejudicada assim como o próprio trabalho e a “paz social”. Porém, como muitas das contradições do capitalismo, temos aqui mais uma como já alertava Marx (1983:213):

Quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as moradias improvisadas dos trabalhadores.

A moradia resulta da articulação de três elementos: o terreno (matéria-prima – objeto do trabalho), os materiais de construção (meios de trabalho) e a construção do imóvel propriamente dito (processo social no qual o trabalhador transforma a matéria-prima em produto através dos meios de produção).

No que se refere aos terrenos, estes sofrem com a especulação imobiliária, reforçando a crise de moradia. Nas metrópoles mundiais a especulação imobiliária é imensa, principalmente, nos terrenos e prédios vazios das regiões centrais. No caso da cidade de São Paulo, isso é extremamente visível, e será justamente os prédios que se encontram vazios, à espera de uma valorização, que os sem-teto ocuparão.

Castells também fala da deterioração dos prédios das regiões centrais das cidades e da sua dupla utilidade para os proprietários. Uma em que o preço do terreno é maior que o preço do imóvel, aquele valor aumenta por causa da escassez crescente da localização central. Logo, para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas sim a propriedade do terreno. A outra utilidade se dá em um contexto em que os trabalhadores urbanos mais pobres têm uma escolha limitada no que se refere à habitação, não têm condições de exigir qualidade, daí que o proprietário tem a certeza de encontrar sempre muitos locatários (exército de reserva em relação à moradia). A estratégia do proprietário é simples, ele espera uma supervalorização no seu terreno para vendê-lo e enquanto isso vai garantindo uma renda mensal a partir do aluguel pago pelos trabalhadores pobres.

Este tipo de ocupação e de gestão da moradia acelera o processo de deterioração física dos imóveis. As famílias de classe média deixam a região central e vão para o subúrbio. Cabendo então para a população de mais baixa renda viver no centro da cidade ou na periferia. A partir disto, tal população “possui duas escolhas”.

Uma das “escolhas” é viver na periferia da cidade (aqui se incluem as favelas) onde os terrenos são mais baratos, livres, ao menos em parte, da especulação imobiliária. Porém, em tal região, a infra-estrutura urbana é de péssima qualidade, além do que o caminho casa / local de trabalho é muito distante e o transporte é caro. A outra “possibilidade” de local de moradia da classe trabalhadora de baixa renda é a região central. Aqui, apesar da casa estar mais perto do trabalho, a deterioração física dos prédios centrais faz com que a qualidade habitacional seja baixíssima, vide o exemplo dos cortiços.

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas.

De acordo com Castells, a distribuição dos locais residenciais segue a mesma lógica da distribuição de produtos entre os diferentes indivíduos pertencentes a diferentes classes. Com isso, o autor introduz dois conceitos na sua discussão: estratificação urbana e segregação urbana. Quando Castells fala de estratificação urbana, está, na verdade, se referindo ao sistema de estratificação social, ou seja, o próprio sistema de distribuição dos produtos – no nosso caso, de moradias - entre os indivíduos e os grupos. No que se refere à segregação urbana, ela aparece quando a distância social entre os indivíduos possui uma expressão espacial forte.

Castells faz uma explanação sobre a defasagem entre a construção e a necessidade de moradias. A razão deste problema estaria no próprio processo de produção, ou seja, o setor privado não obtém lucros imediatos com o setor de construção civil, já que este é um processo lento de modo que os lucros são em longo prazo. O próprio processo de trabalho é lento e arcaico. É aí que entra o Estado: incentivando a fabricação de materiais de construção e criando uma demanda solvável onde ela não existe, ou seja, elabora sistemas de créditos para que a população, normalmente a classe média, construa a casa própria¹.

O Estado capitalista em ação e as táticas dos governos frente aos sem-teto

¹ Quando falamos das políticas habitacionais brasileiras, verificamos que é exatamente isso que ocorre em nosso país: os programas habitacionais do Estado atingem, na sua grande parte, as classes médias e não as de mais baixa renda.

De acordo com Lojkin (1981), a política é o Estado em ação e, mais especificamente, o Estado em ação para atender aos interesses da classe dominante, ou melhor, da fração hegemônica da classe dominante que seria, segundo o autor, o capital monopolista. A idéia de que as políticas urbanas são resultantes cegas da luta de classes e também das formas e dos estágios de desenvolvimento do capitalismo não é algo muito aceito por Lojkin. As políticas urbanas são, na verdade, contratendências produzidas pelo próprio modo de produção capitalista para regular, atenuar os efeitos negativos da segregação e da mutilação capitalistas dos equipamentos urbanos. Porém, de maneira alguma, tais políticas eliminarão as contradições secundárias urbanas e, muito menos, a contradição principal do modo de produção capitalista, a saber, capital e trabalho.

Com isso percebemos que dada a incapacidade da economia privada em subvencionar as necessidades mínimas de moradias, a intervenção permanente dos órgãos públicos nas políticas de Estado são fundamentais. A intervenção estatal pode ocorrer tanto na demanda quanto na oferta de moradias. Entretanto, Castells alerta que o volume e as formas de ajuda do Estado variam de acordo com a política econômica seguida e da estratégia social da classe dominante.

Partindo desta idéia, acreditamos que tanto a política econômica atual quanto a estratégia social da classe dominante acabam por intensificar ainda mais o problema habitacional brasileiro. Castells denominaria o cenário brasileiro contemporâneo como “situação de congelamento”, ou seja, quando o Estado não contribui com a construção de moradia ou o faz de forma insuficiente. Aí o que ocorre é:

(...) a invasão de terrenos livres pelos que não têm casa e a organização de um habitat rude, obedecendo as normas culturais de seus habitantes, equipados conforme seus meios, e que se desenvolve numa luta contra a repressão policial, as ameaças jurídicas e, às vezes os atentados criminosos das sociedades imobiliárias, derrotadas desta maneira em seus projetos. Castells (1975: 210)

O processo de mundialização e mais os efeitos do capitalismo dependente brasileiro na sua versão neoliberal contribuem para uma exarcebação das contradições sociais existentes e ampliação do contingente de trabalhadores desempregados e sem moradia.

Nos países capitalistas dependentes (Cardoso; Faletto, 1970) é a urbanização dependente (fundamentada na desproporcionalidade entre urbanização e industrialização) que nos dá pistas das origens do problema habitacional já que com o êxodo rural as cidades não conseguiam absorver toda a população que vinha do campo, não existindo assim empregos nem moradia para todos.

Em relação ao modelo neoliberal do capitalismo (BOITO, 1999; 2002; 2005), a idéia de Estado mínimo e modificação na forma de intervenção deste, acabou por transferir serviços públicos para o setor privado, reduzindo assim as políticas sociais. O capitalismo neoliberal investe muito pouco em políticas habitacionais². Além disso, temos o legado de que as políticas habitacionais brasileiras, no geral, jamais romperam com a tradição excludente e elitista que marcou a fundação do Sistema de Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional da Habitação (BNH), além da inexistência de uma política pública em longo prazo no setor habitacional integrada a uma política de desenvolvimento urbano.

² Durante a “Era FHC”, segundo o IPEA, a área de habitação e urbanismo foi a que menos teve investimento, apenas 2,4 % do gasto social federal total.

Essa situação conflui para o que Kowarick (2002) denomina de intensa mobilidade sócio-habitacional descendente nos anos 1990, ou seja, as pessoas saem de casas próprias ou alugadas, mas que possuem padrões de habitabilidade, para viverem em favelas ou cortiços e passa a aumentar o número da população sem moradia. Dessa maneira, o contexto da década de noventa não só explica a existência dos sem-teto como também propicia a expansão deles.

Ainda dentro da temática das ações do Estado em relação à questão habitacional, gostaríamos de demonstrar como o Estado acumula e aprimora algumas táticas para responder às reivindicações e ações dos sem-teto.

Uma das principais táticas dos governos é a do empurra-empurra. Essa tática é utilizada de três maneiras: 1) entre as esferas de governo (municipais, estadual e federal); 2) empurra-empurra intermunicipal, por exemplo, na grande São Paulo entre os municípios de Osasco, Guarulhos, etc; 3) empurra-empurra intramunicipal: dentre os próprios órgãos municipais (por exemplo, entre as secretarias de Habitação e a da Família e do Bem -Estar). Assim há um repasse de responsabilidade de um lado, para outro, e poucas políticas são realizadas efetivamente.

Outra tática dos governos para enfrentarem as pressões dos sem-teto são as centenas de promessas relacionadas a maior investimento no setor habitacional, porém poucas dessas promessas são cumpridas.

As promessas quebradas também existem no que se refere aos acordos feitos com os sem-teto quando estes ocupam um edifício. O que ocorre nessas situações é que o governo propõe aos sem-teto desocuparem o local e irem para um abrigo provisório. Muitos movimentos, já desgastados pelas conseqüências das ocupações (pouca infra-estrutura nos prédios ocupados, repressão policial e falta de apoio político), aceitam a proposta do governo. Assim, lugares extremamente precários - hospitais abandonados, escolas desativadas, ginásios de esporte e até mesmo unidades da Febem - se convertem em abrigos de muitos sem-teto. No entanto, o que era para ser provisório se torna eterno, ou ainda, o prazo de permanência para tais abrigos se esgota e os sem-teto se encontram na rua novamente.

O albergue também não pode ser considerado uma solução para o fim do problema habitacional, é apenas mais uma medida paliativa e temporária. E mais, as vagas nos albergues não suficientes para acomodar toda a população que não possui moradia. Um outro exemplo de medida paliativa do governo é a indução de emigração. Tal medida consiste no financiamento por parte do governo para que os sem-teto migrantes retornem para seus estados de origem.

Por fim, há os governos que se utilizam da ação repressiva para “se livrarem” dos sem-teto. Muitos governos ainda possuem aquela visão conservadora de que “questão social é caso de polícia”. Sendo assim, não é raro o conflito entre policiais militares e sem-teto. As medidas repressivas por parte dos policiais ocorrem, geralmente, durante o processo de reintegração de posse. Tais medidas correspondem à violência verbal, destruição dos barracos e dos objetos pessoais dos sem-teto, além de prisão e agressão física. Há ainda os casos mais drásticos em que ocorrem mortes.

Os movimentos dos sem-teto e as ocupações na região central

Cabe aqui um breve esclarecimento a respeito de quem são os movimentos dos sem-teto aos quais estamos nos referindo durante todo o texto. Acreditamos que os movimentos

dos sem-teto são compostos por trabalhadores e trabalhadoras que não mais conseguem sobreviver da venda da sua força de trabalho, daí o (di) lema: “*Se pagar o aluguel não come, se comer não paga o aluguel*” (MSTC – Movimento Sem-Teto do Centro, São Paulo). Dessa maneira, a solução encontrada por estas pessoas é a organização em movimentos de urgência, movimentos que lutam para a obtenção de uma moradia, lutam por condições básicas e urgentes que garantam minimamente a sua existência física.

Nossa hipótese a respeito da base social dos movimentos é que os sem-teto seriam representantes de uma fração da classe trabalhadora que está inserida no que Kowarick (1975) denomina de massa marginal. Segundo a definição deste autor, um grupo deve ser caracterizado como marginal, na medida em que encarna as “novas” relações de produção não tipicamente capitalistas (terceiro setor) e/ou as velhas formas tradicionais (artesanato e indústria domiciliar).

Defendemos a idéia de que a maioria dos sem-teto deve ser caracterizada como integrante da massa marginal, porque eles parecem ter uma absorção pelo mercado de trabalho semelhante a dos trabalhadores marginais. Dessa maneira, acreditamos que tanto os trabalhadores marginais como os sem-teto se encontram na mesma situação, a saber, subempregados, desempregados, com trabalho temporário (os chamados “bicos”, principalmente no setor de serviços), ou trabalhadores autônomos (como por exemplo, os camelôs).

As ações dos movimentos dos sem-teto se dão através de ocupações em imóveis vazios que servem à especulação imobiliária e de terrenos na periferia da cidade e também através de manifestações e passeatas reivindicatórias. Todos os movimentos possuem uma mesma reivindicação de urgência, a saber, a obtenção de uma casa, daí a grande pressão para a elaboração de políticas habitacionais por parte do Estado. No entanto, tais movimentos parecem se diferenciar no que se refere às orientações político-ideológicas, possuem aproximações com partidos políticos e lutas distintas: desde a luta extremamente reivindicativa por uma casa, passando por uma luta por políticas habitacionais para todos, até uma luta por mudanças políticas e econômicas.

Os movimentos dos sem-teto do centro “preferem” ocupar os prédios vazios da região central porque objetivam morar nesta região em definitivo. Isso se deve a necessidade que os trabalhadores têm de morarem próximos a seus empregos ou próximo de regiões onde é mais fácil conseguir um emprego temporário, os “bicos”³. Dentre os sem-teto existem muitos que são camelôs, tendo assim o centro da cidade como seu principal local de trabalho. E mais, além de ser no centro que os sem-teto têm mais oportunidades de encontrar empregos e aí também que existem as escolas para seus filhos.

É sintomático que os próprios nomes dos movimentos que apresentam maior visibilidade na grande mídia, Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento por Moradia do Centro (MMC) e o Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC), contenham a palavra “centro”, demonstrando assim sua origem e o local de suas reivindicações.

Uma das lideranças do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) comenta:

³ Utilizaremos a expressão “preferência”, entre aspas, porque sabemos que viver no centro da cidade não é uma escolha simplesmente, mas uma necessidade. Trabalhadores pobres não possuem carros e os bairros periféricos são muito mal servidos pelo transporte público, daí o movimento pendular: casa/local de trabalho se tornar algo insuportável, sem contar a falta de infra-estrutura nos bairros mais afastados.

“A luta dos sem-teto é uma luta digna pela moradia e, de preferência, no centro da cidade de São Paulo. Digo no centro porque é um local que já tem infra-estrutura e ainda é um lugar onde existe cerca de 300 prédios vazios. Isso é um crime: um prédio vazio lá dentro, e pessoas dormindo do lado de fora”.

Dizem que a cidade de São Paulo não é para trabalhador de baixa renda. Mas como podem existir trabalhos como o de empregada doméstica, pedreiros, “boys”, se não existir nestas cidades os trabalhadores?

Se estes trabalhadores podem trabalhar na cidade de São Paulo, por que não podem morar? Por que têm que morar longe? Pegar trem, metrô e ônibus para poder chegar ao trabalho?

A moradia é um direito que está assegurado no artigo sexto da Constituição. Mas também não adianta construir prédios onde Judas perdeu as meias, porque como costume dizer, as botas já ficaram bem pra lá... Prédios no centro fica mais barato, pois a construção de prédios em áreas não urbanizadas logo terá que levar infra-estrutura para estes lugares ... isso é mais caro”⁴.

A partir deste discurso, fica claro que os movimentos dos sem-teto que possuem uma forte atuação na região central da cidade não o fazem de maneira aleatória. Há um forte motivo para tal. A busca de moradia no centro da cidade é uma das principais reivindicações dos sem-teto. É no centro da cidade que existem além das maiores possibilidades de emprego, uma infra-estrutura adequada, ou seja, as residências são servidas de água, luz, esgoto, asfalto, transporte. É na região central que estão os cinemas, teatros e atividades culturais gratuitas. Por fim, esta “preferência” por morar no centro pode ser justificada na própria história de vida de alguns sem-teto que sempre moraram em cortiços. Dessa maneira eles não querem sair do centro, dado o sentimento de grande identidade com o local e de toda a relação de vizinhança.

Percebemos também que além de uma preferência pelos prédios na região central da cidade, os sem-teto parecem priorizar a ocupação de áreas e prédios públicos (pertencentes aos governos federal, estadual ou municipal). O principal motivo para isso é que o Poder Público é tido como o responsável pela questão da moradia para todos, ou seja, é o Estado quem deve assegurar o direito à moradia.

O acirramento da luta

A principal tese desenvolvida por Maricato, *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*, é que existe uma cidade real e uma virtual, uma ilegal e uma legal. E mais, a cidade real-ilegal é dissimulada pela grande imprensa e governos, de modo que uma importante parcela da sociedade civil (classe média e alta) acaba desconhecendo tal fato.

Maricato se atém, portanto, a explicitar a dita cidade ilegal, a ocupação de terrenos ilegais e loteamentos clandestinos. Esses locais são os únicos que a parcela de mais baixa

⁴ ARAUJO, Ivaneti. Seminário: CIDADE OCUPADA. São Paulo (Sesc Avenida Paulista) – 1 e 2 de junho de 2006.

renda podem pagar e habitar. É assim que a autora demonstra, através da questão habitacional, o caráter excludente da produção brasileira do espaço urbano.

Sabe-se que apesar de estas construções estarem em regiões ilegais, tais como: manguezais, áreas de proteção ambiental, ou em regiões de extremo risco. Os governos (Executivo e Legislativo) acabam, de uma maneira, ou outra, atendendo parcialmente a demanda das pessoas que vivem nestes locais, levando assim transporte, luz e rede de esgoto aos terrenos ilegais. Em relação ao Judiciário, Maricato (1996:25) apresenta que: “(...) diante do agravamento do conflito urbano, o Poder Judiciário tem aparecido como instância onde se tenta não só fazer cumprir o direito de propriedade, como também não fazê-lo cumprir”. Sendo assim, a questão imediata que se apresenta é a seguinte: “Qual é o critério de aplicação da lei?” Maricato (1996: 26) responde:

Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferência do Estado. A partir do momento em que os imóveis adquirem valor de mercado (hegemônico) por sua localização, as relações passam a ser regidas pela legislação e pelo direito oficial. É o que se depreende dos dados históricos e da experiência empírica atual. A lei do mercado é mais efetiva do que a norma legal.

A partir da sentença grifada acima, podemos interpretar que a lei do mercado, os interesses dos capitalistas (neste caso dos proprietários imobiliários) estão acima de tudo e, por isso, são esses interesses que são atendidos pelo Estado.

Temos então que a conduta do Estado pode ser diferente diante das ocupações das terras da periferia (as menos interessantes para o mercado imobiliário) e as do centro (onde o interesse do capital fundiário é grande).

No que se refere à periferia e, mais especificamente, às áreas que as populações de baixa renda ocupam, sabemos que tais áreas não interessam tanto aos capitalistas, posto que não dão tantos lucros. Assim sendo, a justiça se realiza aqui pela forma como a lei é esquecida e não pela forma como ela é colocada em prática. Chamamos a atenção, no entanto, para que não acreditemos que as ocupações realizadas pelos sem-teto nos terrenos da periferia da cidade não encontram resistências dos proprietários ou do Estado, os conflitos existem sim, vide o exemplo das inúmeras reintegrações de posse que existem nos terrenos periféricos. Mas é fato que é muito mais fácil encontrarmos a construção de conjuntos habitacionais ou o incentivo estatal aos mutirões em regiões periféricas que não interessam ao capital imobiliário, do que no dito “filé mignon” imobiliário.

Agora, no que se refere aos terrenos e prédios da região central, ou ainda, outros terrenos que são considerados “filé mignon” imobiliário, a luta é extremamente acirrada, já que tal região interessa tanto ao capital imobiliário como aos sem-teto e a população mais pobre que necessita viver perto de seu local de trabalho. É aqui que fica evidente a quem o Estado realmente beneficia. Maricato (1996:28) nos apresenta um caso exemplar:

Entre 1989 e 1992, os empresários imobiliários reunidos em torno de seu sindicato, o Secovi, se opuseram à aprovação do projeto de lei relativo à regularização fundiária de favelas em São Paulo. (...) Certamente algumas razões levaram os representantes da Secovi a essa atitude, já que muitos dos terrenos ocupados por favelas estão situados no núcleo homogêneo, pressionando para baixo o valor dos imóveis do entorno. Muito possivelmente eles não estavam referindo-se a todas as favelas do município, mas

apenas às que estavam situadas na área eleita como o novo “filémignon” do capital imobiliário em São Paulo, situadas nos arredores do rio Pinheiros. O empenho da gestão do prefeito Paulo Maluf, agindo em parceria com empreiteiras e demais empresários da região, em retirar ou dar nova fachada às favelas localizadas exatamente nessas áreas, durante o ano de 1995 e no início de 1996, mostram que não se tratou de simples coincidência ou necessidade técnica relacionada às obras viárias.

A partir do exposto, fica evidente que se a luta pelo solo urbano é muito grande em todas as regiões das grandes cidades, esta luta se intensifica ainda mais no centro das metrópoles. Isso acontece porque há um conflito muito claro entre os interesses dos sem-teto e dos grandes capitalistas, no centro das cidades. É exatamente na região central da metrópole que há uma forte organização dos movimentos dos sem-teto com suas ocupações constantes aos prédios vazios. E será nesta mesma região que se encontram os principais interesses dos grandes capitalistas imobiliários. Dessa maneira, fica nas mãos do Estado a resolução deste conflito e, como vimos, os governantes procuram atenuar os conflitos. Daí a elaboração de alguns programas habitacionais –os quais muitas vezes não são muito eficientes - mas, de modo algum, os governantes deixam de atender aos interesses mais gerais dos detentores de capital.

O acirramento da luta pelo solo urbano também pode ser visto no que se refere aos projetos destinados à dita revitalização do centro da cidade. As políticas propostas pelos governos geralmente atendem aos interesses dos grandes capitais imobiliários, supervalorizando os seus terrenos, construindo grandes centros comerciais e culturais. E mais uma vez, os interesses dos sem-teto não são atendidos e esta população acaba sendo expulsa dos grandes centros revitalizados.

Há algo que é evidente com o aumento da organização dos movimentos dos sem-teto e, portanto, o aumento no número de ocupações na região central da cidade: a luta pelo solo urbano se intensifica cada vez mais e vai ficando mais difícil de se esconder a cidade real, repleta de miséria e conflitos.

Bibliografia Citada

BOITO JR., Armando. “Neoliberalismo e relações de classes no Brasil” In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas, Unicamp/IFCH, 2002.

_____ “Neoliberalismo e trabalhadores”, “Condições históricas da implantação do neoliberalismo”. In: *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*, São Paulo, Paz e Terra, 1975.

_____ “A conclusão está na rua” In: *Lutas urbanas e poder político*. Coleção: cidade em questão – 5 afrontamentos. Porto, Firmeza, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

ENGELS, Friederich. “Contribuição ao problema da habitação” In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, vol2, São Paulo, Editora Alfa-Omega, SD.

- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Loyola, 1991.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*, São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- MARICATO, ErminiaT. M. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hicitec, 1996.
- _____ “Política Urbana e habitacional no governo FHC. In: *Revista Praga*, Vol 1, nº6. Vozes, São Paulo, 1998. p.67-78.
- MARICATO Ermínia, TANAKA, Giselle. “O planejamento urbano e a questão fundiária”. In: *Ciência hoje. Revista de divulgação científica da SBPC*. Vol 38. Junho de 2006.
- MARX, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista” (cap. XXIII do Livro Primeiro). IN: *O Capital. Coleção Os Economistas*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.